



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000449898

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1095006-71.2024.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MARIA CONSUELIA DE OLIVEIRA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado ITAÚ UNIBANCO S/A.

ACORDAM, em Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma III (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores IRINEU FAVA (Presidente sem voto), PAULO TOLEDO E PEDRO FERRONATO.

São Paulo, 8 de maio de 2025.

GILBERTO FRANCESCHINI
Relator
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação Cível nº 1095006-71.2024.8.26.0100
Apelante: Maria Consuelia de Oliveira Silva
Apelado: Itaú Unibanco S/A
Comarca: São Paulo
Voto nº 2339

DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. REVISÃO CONTRATUAL. SENTENÇA RATIFICADA, NOS TERMOS DO ARTIGO 252 DO RITJSP. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Apelação interposta contra sentença que julgou improcedente a ação de revisão contratual, condenando a autora ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios. A autora alega abusividade no contrato e requer a fixação da taxa de custo efetivo total (CET) conforme a IN nº 28 do INSS, além da restituição de valores cobrados a mais.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste em determinar se o contrato de empréstimo consignado firmado entre as partes apresenta abusividade na taxa de juros aplicada, em comparação com a taxa prevista pela IN nº 28 do INSS.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. A relação contratual é consumerista, aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor. A sentença recorrida analisou corretamente os fatos e o direito, devendo ser mantida.

4. A Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 limita a taxa de juros, não o CET, que inclui outros encargos. O contrato respeitou a taxa máxima de juros permitida, não havendo abusividade.

IV. DISPOSITIVO E TESE

5. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: 1. A limitação da taxa de juros pela IN 28/2008 do INSS não se aplica ao CET. 2. Ausência de abusividade na cobrança dos juros pactuados.

Legislação Citada: Código de Defesa do Consumidor; INSS/PRES nº 28/2008; Resolução nº 3.517/2017 do Banco Central do Brasil; CPC, art. 85, § 8º e 11.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Jurisprudência Citada: TJSP, Apelação Cível 1046928-60.2022.8.26.0506, Rel. Paulo Sergio Mangerona, j. 06.08.2024; TJSP, Apelação Cível 1057845-61.2023.8.26.0100, Rel. Ricardo Pereira Junior, j. 06.08.2024.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls. 124/125, prolatada nos autos da ação de revisão contratual proposta por **Maria Consuelia de Oliveira Silva** em face de **Itaú Unibanco S/A**, cujo relatório se adota, e que julgou improcedente os pedidos e condenou a autora no pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios em R\$ 1.000,00, observada a gratuidade.

Em recurso (fls.128/140) a autora/apelante, sustenta que o contrato é abusivo, pois superior à taxa contratada e àquela prevista na IN nº 28 do INSS. Pugna pela reforma da sentença, para que seja determinada a revisão do contrato, com adequação da taxa de juros ao limite da taxa de juros divulgado pelo INSS e fixação da sucumbência em favor do patrono da autora no valor de R\$ 1.500,00.

Recurso tempestivo e isento de preparo, ante o deferimento dos benefícios da justiça gratuita (fls. 178).

Contrarrazões (fls. 159/174).

Sobreveio oposição ao julgamento virtual (fls. 181).

É o relatório.

A despeito do que alegado pelo réu em sede de contrarrazões, o recurso da autora deve ser conhecido, uma vez que as razões do inconformismo foram apresentadas de modo adequado, em respeito ao princípio da dialeticidade.

Afasto, também, o pedido para demonstração do interesse de agir, com a intimação da autora para confirmar a assinatura da procuração, raftificar se contratou o profissional para o ajuizamento da demanda e se tem conhecimento de seu conteúdo.

O instrumento de procuração não foi questionado pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Juiz “a quo” e, assim, desnecessária a intimação da parte para confirmar a ciência quanto à presente ação. Além disso, já consta nos autos declaração de ciência, com firma reconhecida (fls. 70).

Ressalte-se, ainda, que por meio do despacho de fls. 45/46, foi determinada a juntada de documentos complementares para apreciação do pedido de justiça gratuita, providência atendida às fls. 54/78. Trata-se de documentação de caráter pessoal, cuja apresentação evidencia o conhecimento da parte autora acerca da demanda em curso.

Induvidosa a relação contratual, uma vez que ambas as partes reconhecem que celebraram em novembro de 2016, o contrato de empréstimo consignado n.º560563748 (fls. 113).

Por meio do referido instrumento, foi liberado à autora o valor de R\$ 1.130,85, a ser pago em 72 parcelas de R\$ 34,05, com taxa de juros mensal pré-fixada de 2,31% a.m e 31,97 % a.a., com Custo Efetivo Total (CET) de 2,43% ao mês e 33,95% ao ano.

A relação jurídica existente entre as partes tem natureza consumerista, impondo-se, pois, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, em consonância com a Súmula no 297 do E. Superior Tribunal de Justiça: “*O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras*”.

Nota-se que a r. sentença recorrida conferiu justa e adequada solução ao litígio, com a análise objetiva e assertiva dos fatos e do direito, motivo pelo qual deve ser mantida pelos próprios fundamentos, nos termos do artigo 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça:

“Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la”.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça tem adotado este entendimento quando predominantemente reconhece “*a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum*” (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 17.12.2004 e REsp nº 265.534- DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j de 1.12.2003).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Extrai-se da sentença proferida com acerto pelo Juízo de origem que (fls. 125):

“No presente caso, as partes firmaram contrato de empréstimo consignado no valor de R\$1.169,58, a ser pago em 72 parcelas de R\$34,05. A taxa de juros foi fixada em 2,31% ao mês e 31,97% ao ano, enquanto o custo efetivo total em 2,43% ao mês e 33,95% ao ano (fls. 113).

O contrato foi firmado em 25/11/2016, de forma que vigente a Portaria nº 1.016 do INSS, que estabeleceu o limite da taxa de juros a ser aplicada em empréstimos consignados em 2,34%, devendo expressar o custo efetivo para as operações.

Salienta-se que a limitação prevista em tal Portaria deverá ser aplicada à taxa de juros, e não ao custo efetivo total, eis que há limitação expressa apenas em relação à taxa de juros.

Assim, conclui-se que a taxa de juros aplicada ao contrato de empréstimo objeto da presente demanda observou a limitação prevista pela Portaria nº 1.016 do INSS, fixada em 2,34%.

Assim sendo, não há que se falar em revisão do contrato firmado entre as partes, para alteração da taxa de juros aplicada, eis que inexistente abusividade, tendo em vista que a taxa de juros não ultrapassou o limite previsto na Portaria nº 1.016 do INSS.”.

Aplica-se, à espécie, a Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28, de 16 de maio de 2008, que, em seu artigo 58, II, assim dispõe:

“Art. 58. A partir da vigência desta Instrução Normativa serão regulamentadas por portaria do Presidente do INSS eventuais alterações relativas: II - à alteração de taxa de juros aplicada às operações de crédito”.

No caso dos autos, a Portaria do INSS nº 1.016 de novembro de 2015, vigente na data da celebração do contrato, prevê a taxa máxima de juros de 2,34% ao mês para as operações de empréstimo consignado, o que foi observado pelo apelado, que estipulou, como taxa de juros 2,31% ao mês.

Importante consignar que o custo efetivo total não se confunde com a taxa de juros remuneratórios. À luz do disposto pelo artigo 1º, §2º, da Resolução nº 3.517/2017, expedida pelo Banco Central do Brasil, tem-se que o custo efetivo total *“deve ser calculado considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos, incluindo taxa de juros a ser pactuada no*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

contrato, tributos, tarifas, seguros e outras despesas cobradas do cliente, mesmo que relativas ao pagamento de serviços de terceiros contratados pela instituição, inclusive quando essas despesas forem objeto de financiamento”.

Observado, assim, que o Custo Efetivo Total (CET) - diga-se, providência em cumprimento a determinação do Conselho Monetário Nacional -, traz em cômputo não somente os juros remuneratórios, mas, também, os demais encargos incidentes, inclusive tributos, não se justifica a limitação almejada.

Assim, não há como ser reconhecida qualquer abusividade na cobrança dos juros que foram pactuados expressamente pelas partes e dentro do limite previsto na Instrução Normativa do INSS.

Neste sentido, em casos análogos, colhem-se v. arestos deste E. Tribunal de Justiça de São Paulo sintetizados nas ementas transcritas a seguir.

“Apelação. REVISÃO DE CONTRATOS. EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. CUSTO EFETIVO TOTAL (CET). A Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS impõe a limitação da taxa de juros, não do CET. O índice do CET retrata apenas mera demonstração da taxa de remuneração e demais despesas contratadas. É uma operação que corresponde a todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito financeiro. Ademais, esse custo final da operação consta efetivamente do contrato, a configurar a inexistência de qualquer excesso. Taxas de juros, ainda, que observaram a limitação prevista na Instrução Normativa nº 28/08 do INSS. Ausência de qualquer ilícito praticado pela instituição bancária, de modo a inexistir abusividade ou direito à repetição de indébito. Sentença de improcedência da ação mantida. Recurso desprovido.” (TJSP; Apelação Cível 1046928-60.2022.8.26.0506; Relator (a): PAULO SERGIO MANGERONA; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma IV (Direito Privado 2); Foro de Jardinópolis - 2ª Vara; Data do Julgamento: 06/08/2024; Data de Registro: 06/08/2024).

“APELAÇÃO CÍVEL. Contratos bancários. Empréstimo consignado contratado por aposentada. Taxa de juros remuneratório. "Custo efetivo total" do contrato superior ao "custo efetivo" máximo fixado pelo INSS. Conceito de "custo efetivo total",

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

regulamentado pelo Banco Central, abrange despesas não incluídas no conceito de "custo efetivo", regulamentado pelo INSS. Jurisprudência. Taxa de juros impugnada inferior ao teto fixado pelo INSS. Recurso não provido.” (TJSP; Apelação Cível 1057845-61.2023.8.26.0100; Relator (a): Ricardo Pereira Junior; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2); Foro Central Cível - 39ª Vara Cível; Data do Julgamento: 06/08/2024; Data de Registro: 06/08/2024).

Por fim, não há que se falar, também, na adoção da nominada “calculadora do cidadão”, para apontar eventual abusividade, visto que, conforme própria advertência que se retira do site do BANCO CENTRAL DO BRASIL, “*A calculadora do Cidadão possibilita a realização e cálculos financeiros simples como objetivo de auxiliar o cidadão em suas necessidades cotidianas. Os resultados fornecidos devem ser considerados apenas como referências para as situações reais e não como valores oficiais. A Calculadora do Cidadão não tem por objetivo aferir os cálculos realizados pelas instituições financeiras nas contratações de suas operações de crédito, uma vez que outros custos não considerados na simulação podem estar envolvidos nas operações, tais como seguros e outros encargos operacionais e fiscais não considerados pela Calculadora*”.

Portanto, não há nada que indique que a apelada cobrou juros diversos do contratado.

No mais, não cabe a condenação da parte autora por litigância de má-fé, como pretende a apelada.

A alegação de litigância habitual não pode, por si só, prejudicar a análise da presente demanda, que deve ser julgada com base nas provas específicas do caso concreto, sob pena de cerceamento de defesa.

Demais disto, o Tribunal de Justiça conta com órgão próprio para a apuração de litigância predatória.

Conclui-se, portanto, que a r. sentença atacada analisou de forma correta as questões suscitadas, com adequada fundamentação jurídica à hipótese em exame, além de bem avaliar o conjunto probatório.

Diante da manutenção do julgado, majoro os honorários de sucumbência para R\$ 1.300,00, em atenção ao art. 85, § 8º e 11, do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

CPC, ressalvada a gratuidade.

Considera-se prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional declarada, observando o sólido entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça de que “*é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida*” (EDcl no RMS nº 18.205/SP, Relator Ministro Felix Fischer, j. 18.04.2006).

Ante o exposto, **pelo meu voto, NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso, nos termos da fundamentação supra.

GILBERTO FRANCESCHINI
RELATOR